



Paulo H. Carvalho/CB

VIAGEM MAIS CARA

O pedreiro João Alberto dos Santos (foto) viaja diariamente entre Planaltina de Goiás (GO) e Brasília. Ele diz que além do reajuste de 6,15% aplicado às tarifas, a partir de hoje, o pior é o péssimo serviço prestado.

PÁGINA 29

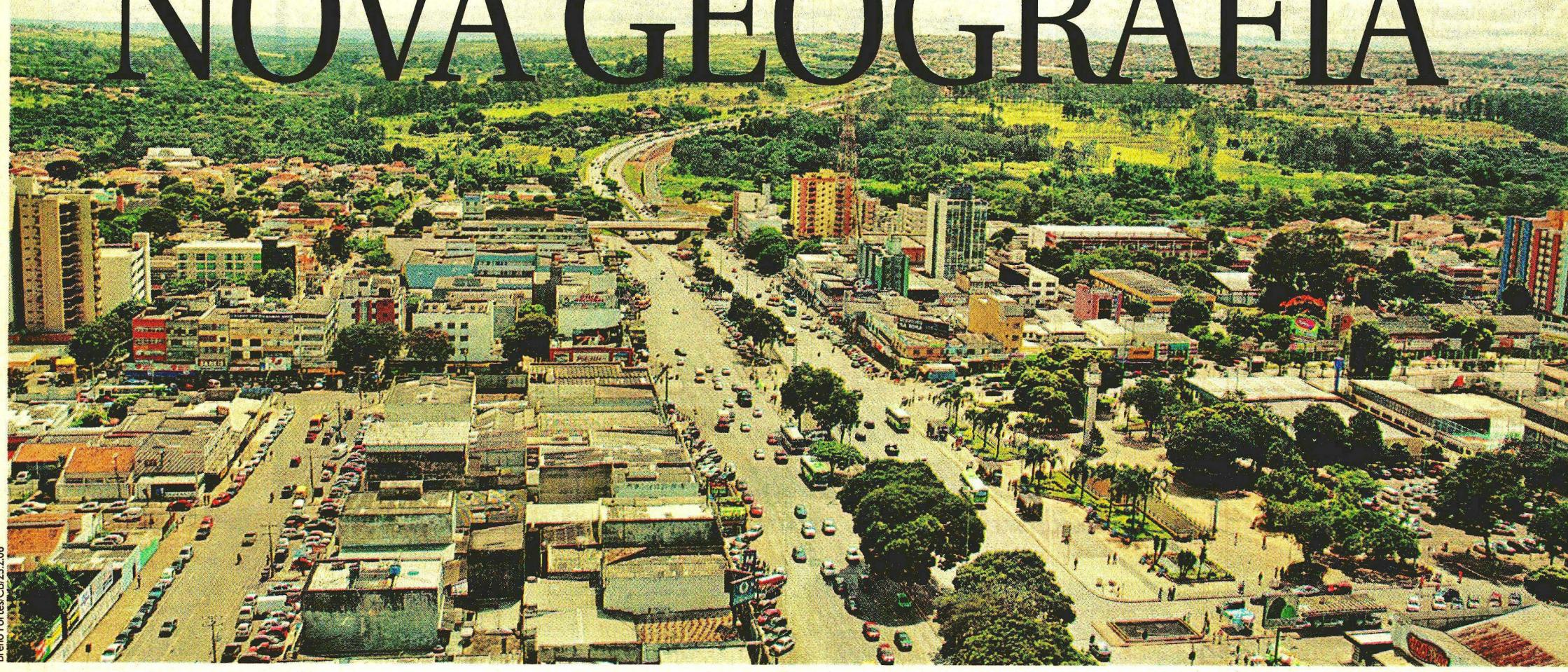
CORREIO BRASILEIRO

BRASÍLIA, DOMINGO, 23 DE JULHO DE 2006
 Editora: Samanta Sallum // samanta.sallum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paixão, Carlos Tavares, Roberto Fonseca, Rovênia Amorim e Valéria de Velasco
 Coordenadora: Taís Braga // tais.braga@correioweb.com.br
 E-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tels. 3214-1180 • 3214-1181
 Fax: 3214-1185

PLANEJAMENTO URBANO

Proposta do governo é que planos de ocupação não sejam mais por cidades e, sim, por regiões. Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, por exemplo, serão agrupadas num único estudo

NOVA GEOGRAFIA



CIDADES PRÓXIMAS SERÃO REUNIDAS NUM ÚNICO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. TAGUATINGA (FOTO) QUE TEM HOJE 243 MIL HABITANTES FICARIA NO MESMO GRUPO DE CEILÂNDIA, ONDE VIVEM 340 MIL

LUIZA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo local terá de alterar a principal legislação do DF, a Lei Orgânica, para aprovar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). A ideia é criar um novo modelo de ocupação, em que não existirão mais os planos diretores locais (PDLs) — documento que orienta o crescimento de uma cidade. Pela proposta, o estudo territorial será feito por regiões com, pelo menos, três cidades cada. Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Águas Claras, por exemplo, fariam parte da unidade Oeste. A região teria apenas um plano diretor.

Hoje, no entanto, a Lei Orgânica do DF determina que cada cidade tenha o seu PDL. Seriam necessários então 29 estudos. Um para cada região administrativa. Mas a revisão do Pdot, que seguirá para discussão na Câmara Legislativa, propõe agora uma nova organização geográfica. Serão criadas sete unidades de planejamento territorial (veja mapa ao lado) para substituir os PDLs. Serão sete Planos de Desenvolvimento Local.

“Ao agrupar as cidades, temos uma visão mais ampla da gestão do território. Hoje o PDL só trata das áreas urbanas. O novo modelo incluirá as áreas rurais”, explica a secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Diana Motta.

Segundo ela, os atuais PDLs conflitam com o Pdot em alguns pontos, como a criação de áreas residenciais, comerciais e institucionais. “A hierarquia não é bem definida. Os planos regulam sobre algumas matérias iguais”, ressalta.

Participação popular

Criada em 1993, a Lei Orgânica define a administração pública do DF. É a maior lei distrital. Com base nela, o Ministério Público do DF (MPDF) é contrário a criação do novo modelo de Pdot. Promotores de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbano analisaram a proposta preliminar — apresentada em 31 de abril, na segunda audiência pública — e recomendaram ao governo local que modificasse o texto. Foram feitas 94 considerações e 40 ajustes ao projeto de lei, que tem 204 artigos.

A promotora Marta Eliana destaca que a aglomeração de cidades populosas, como Taguatinga

(243 mil habitantes), Ceilândia (331 mil habitantes) e com características disípares, por exemplo, pode prejudicar a participação popular na elaboração do PDL. Para o subsecretário de Política Urbana e Informação da Seduh, e coordenador da revisão do Pdot, Danilo Aucélio, isso não irá atrapalhar no processo. “As reuniões serão feitas nas cidades como é hoje”, diz.

Os promotores apontam que nova proposta de Pdot fere a Lei Orgânica. O artigo 316 da lei obriga o DF a ter um Plano Diretor Local para cada região administrativa. “A nova proposta revoga pontos importantes como o PDL”, critica a promotora de Meio Ambiente, Marta Eliana de Oliveira. Ela diz que o Estatuto das Cidades também obriga que cidades com mais de 20 mil habitantes tenham um plano diretor próprio, e não, unidades territoriais, como prevê a revisão. “Além de infringir a lei local, a revisão fere a lei federal”, ressalta.

O MPDF deu um prazo de 30 dias para Seduh responder às críticas e apresentar providências. Mas, a secretária Diana Motta, afirma que já tem a solução para, pelo menos, o caso do novo PDL.

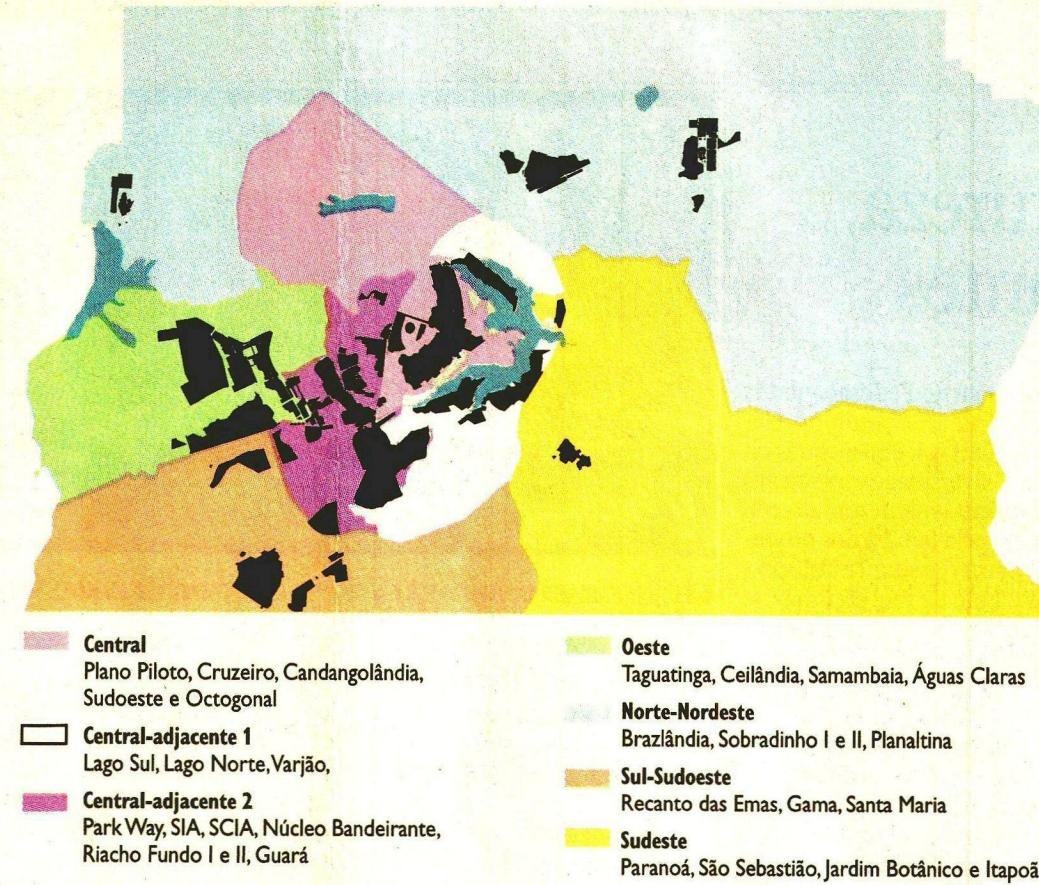
“Faremos uma emenda à Lei Orgânica que já está pronta. Nós sabemos que para encaminhar a revisão do Pdot à Câmara Legislativa devemos primeiro fazer a alteração”, antecipa.

O geógrafo e professor da Universidade de Brasília (UnB), Aldo Paviani, é a favor da centralização no planejamento urbano. Ele diz que ter um plano diretor por grupos de cidades é melhor do que criar 29 “planinhos desintegrados”, apesar de discordar sobre as possíveis afinidades entre Águas Claras e Samambaia. “Para efeito de controle é mais fácil manter 7 planos do que 29”, diz. Mas o geógrafo não confia na capacidade do governo em conquistar este controle. “De nada adianta se não houver fiscalização”, afirma.

O professor de arquitetura e urbanismo da UnB, Frederico Flósculo, elogia o novo modelo. “Com essa multiplicação cancerosa de bairros, o PDL foi inviabilizado. Essa é a saída para articular o planejamento”, afirma. No entanto, ele ressalta que não basta o plano prever só a ocupação imobiliária. “Os atuais planos não contemplam políticas para o sistema de saúde, transporte, educação.”

INTEGRAÇÃO

O Pdot cria sete unidades de planejamento territorial no DF. Cada uma terá um PDL.



Fonte:

MUDANÇAS

Como é hoje

Lei Orgânica do DF — Determina que cada cidade tenha Plano Diretor Local. Eles devem abranger todo o território para ordenar a ocupação das áreas vazias e urbanizadas.

Proposta do Pdot

Cria o Plano de Desenvolvimento Local para planejar a ocupação urbana de três cidades ou mais. Antes, o planejamento era feito por cidade, por meio do Plano Diretor Local. Altera a Lei Orgânica.

Recomendação do MPDF

Manter o Plano Diretor Local, como prevê a Lei Orgânica do DF. O documento deve detalhar as áreas vazias que podem ser parceladas e edificadas.

OS PDLs

Os Planos Diretores Locais (PDL) são os documentos que norteiam a ocupação urbana das 29 regiões administrativas do DF. Até hoje, seis planos foram apresentados e aprovados na Câmara Legislativa: Sobradinho, Taguatinga, Candangolândia, Ceilândia, Samambaia e Gama — apreciado no mês passado. O PDL do Guará e do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) estão na pauta da Casa. O subsecretário da Seduh e coordenador da revisão do Pdot, Danilo Aucélio, explica que esses planos continuam em vigor, mesmo com a criação de um novo modelo de planejamento do território.

LEIA MAIS SOBRE PDT NA

PÁGINA 28